

Funcionária pede por emprego

BRASÍLIA — A ex-diretora do Prodasen, Regina Borges, fez um apelo para que todos os funcionários que participaram da violação do painel do Senado não sejam condenados à pena máxima: a demissão. Em entrevista à Radio Senado, concedida na manhã de ontem, Regina afirmou que se sentiria “injustificada” se fosse submetida a uma punição extrema. Ela referia-se ao caso da violação do painel eletrônico.

Na interpretação da ex-diretora, os ex-senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda poderão recomeçar a vida pública no próximo ano depois de

terem renunciado aos seus mandatos e ela acha que não merece uma “cassação” funcional.

“Se houver penas extremas, eu me sentiria bastante injustificada, uma vez que ano que vem os senadores terão condição de reiniciar suas vidas públicas”, afirmou Regina. As penalidades para a ex-diretora do Prodasen vão da demissão à simples advertência. Regina e os demais servidores descumpriram o artigo 116 do Regime Jurídico Único do Servidor Federal, que proíbe ao servidor de cumprir ordens ilegais dos superiores.

Se depender da presidente da comissão que investiga os fun-

cionários envolvidos na violação do painel, a engenheira Paula Cunha Miranda, a renúncia de Arruda e Antonio Carlos não altera a situação de Regina. “Isso não faz diferença para nós”, afirmou. A decisão da comissão, no entanto, não é definitiva. O resultado será submetido ao primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), que pode modificá-lo a partir de critérios políticos.

Regina conta com a possibilidade de que sua pena seja atenuada. Basta ela convencer os integrantes da comissão julgadora de que agiu por coação.